CULTURA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL NO QUILIMBO IBICUI DA ARMADA NO PAMPA GAÚCHO

Douglas Ramos Vaqueiro[1];
Sebastião Ailton Da Rosa Cerqueira-Adão[2]

[1]Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)1 – douglas.ramos@outlook.com 1
[2]Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)2 – sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br 2

Resumo

Este estudo analisou como cultura, identidade e resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada no pampa gaúcho. Buscou-se compreender a organização do trabalho, considerando saberes ancestrais, práxis coletivas e estratégias de permanência territorial. Trata-se de estudo qualitativo, descritivo e exploratório, com abordagem etnográfica, utilizando observação participante, entrevistas, diário de campo e fotografias. Os resultados demonstram que o trabalho é organizado de forma coletiva e relacional, articulando cultura, identidade e resistência. O aquilombamento atua como estratégia organizativa que fortalece a cooperação e a transmissão de saberes tradicionais, evidenciando o enfrentamento às heranças da escravização e à precarização laboral. Assim, o trabalho quilombola constitui-se como práxis social, cultural e política, reafirmando o território como espaço de resistência e reprodução coletiva. O estudo amplia os estudos organizacionais ao evidenciar formas alternativas de organização em comunidades tradicionais, vinculando-se ao OBSERVAPAMPA.

Palavras-Chave: Quilombos; Ibicuí da Armada; Aquilombamento; Organização do trabalho rural; Cultura; Resistência.

1.Introdução

A escravização no Brasil deixou marcas profundas, e os quilombos foram cruciais na consolidação da memória afrodiaspórica, ligando a herança cultural africana às experiências americanas, conforme a "amefricanidade" proposta por Gonzalez (2020). Dessa forma os quilombos criam mecanismos de organização e resistência com intuito de reafirmar suas identidades. Podemos pensar algumas dessas formas uma delas é o aquilombamento, que segundo Souto (2021), transcende o resgate histórico, sendo uma estratégia adaptativa de organização social que demonstra a capacidade de resistência e renovação dessas comunidades.

No entanto, a persistência de processos de opressão e silenciamento, evidenciados pela precariedade no acesso a serviços básicos e empregos, revela que a luta quilombola não está restrita ao passado, mas é contínua. Esses desafios ressaltam a necessidade de uma abordagem sociológica nos Estudos Organizacionais, rompendo com modelos teóricos dominantes que não contemplam a complexidade das formas de organização endógenas dos quilombos.

Esse contexto reforça a relevância de se analisar a cultura, identidade e resistência quilombola na organização do trabalho rural, especialmente no quilombo Ibicuí da Armada, evidenciando o protagonismo dessas comunidades na articulação de práticas de cooperação e na valorização de saberes ancestrais. Territórios quilombolas são constantemente ameaçados

por atividades predatórias (Souza e Brauner, 2024), apesar de seu papel vital na conservação ambiental. O Censo Demográfico de 2022 do IBGE revelou que a maioria dos mais de 1,3 milhão de quilombolas no Brasil vive em territórios não titulados, enfrentando marginalização e desigualdade (Bargas e Maia, 2019).

Diante desse cenário, a pesquisa em questão propõe analisar o impacto da cultura, identidade e resistência quilombola na organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivos específicos: a) Caracterizar o processo de Aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada no Pampa Gaúcho; b) Identificar as estratégias utilizadas pelos membros do quilombo do Ibicuí da Armada para lidar com as práticas culturais, as identidades e a resistência quilombola no contexto do trabalho; e c) Investigar como se dão os modos de organização do trabalho rural entre os membros do quilombo do Ibicuí da Armada.

A literatura recente, embora foque em disputas territoriais (Madrid, 2025; Hander; Duarte, 2019; Moreira, 2022), carece de uma compreensão aprofundada da articulação desses elementos nas práticas de cooperação e trabalho. A descolonização do pensamento organizacional é fundamental, com a obra de Duarte (2023) desvelando a quilombagem como práxis social e rebelião. Oliveira (2024) destaca a identidade étnico-racial como força motriz, e Palhares e Nicoli (2021) critica a colonialidade do trabalho. Ribeiro (2019) e Souza e Amoras (2025) enriquecem a compreensão da cultura, identidade e o protagonismo feminino na organização do trabalho quilombola, validando seus saberes e resistências.

Assim, o referencial teórico a seguir busca aprofundar essas discussões, abordando os conceitos de quilombo e aquilombamento, bem como as relações entre cultura, identidade, resistência e trabalho rural, que sustentam a análise proposta neste estudo.

2. Quilombo e Aquilombamento no Brasil

A escravização no Brasil foi um pilar econômico e estruturou as relações sociais e políticas do período colonial. O termo "quilombo" tem origem Bantu e pertence às tradições culturais africanas dessa etnia. Segundo Munanga (1996), seu significado transcende a mera localização física, representando a luta pela liberdade e organização comunitária.

O aquilombamento se manifesta como uma estratégia de resistência e organização social na atualidade, articulando saberes ancestrais como ferramentas para sobrevivência e reivindicação de direitos (Nascimento, 2018). Neste estudo, adotamos o posicionamento de Nascimento (2018) de Aquilombamento, que transcende a simples memória histórica, funcionando como uma estratégia adaptativa das comunidades negras diante das adversidades. Essa abordagem contemporânea do aquilombamento destaca sua relevância não apenas como um resgate do passado, mas como uma prática contínua de auto-organização e luta por reconhecimento e direitos no presente.

Segundo Moura (2020), o quilombo pode ser compreendido como qualquer agrupamento de negros fugitivos com mais de cinco pessoas estabelecido em áreas despovoadas, independentemente da existência de edificações. Nesse sentido, essas formações históricas constituíram-se como importantes símbolos de organização coletiva e mobilização da população negra escravizada. Ademais, a trajetória da população negra no Brasil não se restringe ao período colonial e à experiência da escravização, uma vez que sua ancestralidade é anterior e extrapola esse contexto histórico.

Dessa forma, Moura (2020) contribui com o conceito de quilombagem como um movimento histórico e social que, no Brasil, teve início no final do século XVI. Identificada com a marronagem nas áreas do Caribe e outros contextos de resistência, a quilombagem caracterizou-se pela formação contínua de grupos negros rebeldes e fugitivos, os quilombos. Assim, esse movimento social permanente influenciou profundamente a estrutura econômica da época e proporcionou a conservação da consciência étnica do negro até os dias atuais.

Em diálogo com essa visão, Nascimento (2009) traz o conceito de quilombismo, que é baseado na experiência histórica da comunidade negra no Brasil. Para ele, o quilombismo "objetiva a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país" (Nascimento, 2009, p. 212). Dessa maneira, o autor expande o debate ao propor o quilombo como referência para um projeto político e social.

Ao conectar as reflexões desses autores, pode-se perceber que, apesar das abordagens distintas, todos convergem para a valorização dos quilombos como espaços de resistência, memória coletiva e luta por direitos, ampliando o significado histórico e contemporâneo dessas comunidades no Brasil.

Segundo Kroeff et al. (2023), as regiões Sudeste Rio-Grandense (87%) e Metropolitana de Porto Alegre (64%) apresentam maior concentração territorial de comunidades quilombolas. Essas comunidades abrigaram um total de 7.679 famílias, sendo 6.506 em áreas rurais e 1.173 em áreas urbanas. Essa concentração territorial reflete a resistência histórica dos quilombos, que hoje seguem lutando por direitos e território. Quilombos e aquilombamento representam a resistência histórica e atual da população negra no Brasil, indo além da fuga da escravização para expressar organização, cultura e luta por direitos. Hoje, comunidades quilombolas seguem enfrentando desafios territoriais e sociais, reafirmando sua importância na construção de uma sociedade mais justa e plural.

O bioma Pampa, conforme destacado por Mazurana, Dias e Laureano (2016), foi reconhecido oficialmente em 2004 e é caracterizado por sua exclusividade territorial, já que está presente apenas no estado do Rio Grande do Sul. Com uma área de 178.243 km², o Pampa ocupa 63% do território gaúcho, representando aproximadamente 2% do território nacional. Essa singularidade faz do Pampa não só um importante patrimônio ambiental, mas também um elemento central na construção da identidade regional, reforçando a conexão entre natureza, cultura e história dos povos que ali vivem, especialmente das comunidades tradicionais e quilombolas.

Segundo Mazurana, Dias e Laureano (2016), muitas comunidades quilombolas estão localizadas no bioma Pampa, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Isso é resultado de um processo histórico em que a mão de obra de pessoas negras escravizadas foi amplamente utilizada, especialmente nas grandes estâncias de gado, nas lidas campeiras, no trabalho doméstico e nas charqueadas.

O presente estudo tem como foco a análise da comunidade Ibicuí da Armada, situada no terceiro distrito municipal de Sant'Ana do Livramento, RS, conhecido como Ibicuí da Armada. A comunidade está localizada às margens do Rio Ibicuí da Cruz, que marca a divisa entre os municípios de Sant'Ana do Livramento e Dom Pedrito. A região é caracterizada por uma paisagem campestre típica do Pampa Gaúcho, com vastas áreas de pastagens e cultivos de subsistência.

A comunidade Ibicuí da Armada tem sua origem ligada à família Vaqueiro, cuja história remonta ao povoamento da região nos anos de 1800, marcada pela formação de grandes estâncias e pelo uso da mão de obra escravizada. Segundo Costa (2016), Valeriana Vaqueiro,

já falecida, era uma das 13 filhas de Januário Vaqueiro e neta de Manoel Vicente Vaqueiro, o ancestral mais antigo registrado com esse sobrenome. A família Vaqueiro desempenhou um papel central na formação da comunidade, mantendo viva a memória e as tradições culturais afro-brasileiras, mesmo diante das adversidades históricas.

O próximo tópico aborda como as comunidades quilombolas desenvolvem estratégias culturais e políticas para fortalecer sua permanência no território e valorizar tradições, destacando a articulação entre identidade, memória e resistência na defesa de seus direitos.

3.Estratégias quilombolas no contexto do trabalho: a força da cultura, identidade e resistência como força

Referente às estratégias quilombolas no trabalho, observa-se que estas transcendem a dimensão de subsistência, estando intrinsecamente vinculadas a práticas culturais, identitárias e históricas construídas coletivamente. O modo de vida quilombola viabiliza formas alternativas de organização do espaço rural que divergem da lógica capitalista e da centralidade da propriedade privada (Souza; Zuquim, 2021). Observam-se outros engendramentos nessa configuração de construção dos modos de vida em uma comunidade quilombola no campo.

Para Borges, Silva e Rodrigues (2021), a dimensão cultural configura-se como um campo simbólico de significações e, simultaneamente, como um conjunto de práticas de resistência nos âmbitos social, político e cultural, que orientam tanto a produção dos espaços quanto a organização das bases econômica e ambiental. Sob a ótica dos referidos autores, as práticas territoriais quilombolas são permeadas por significados históricos e simbólicos que reafirmam o empoderamento político, social e cultural, consolidando essas comunidades como sujeitos de direitos e construtoras coletivas de seus modos de existência.

No contexto da valorização das práticas culturais e da construção identitária das comunidades quilombolas, é fundamental reconhecer a vitalidade e a capacidade de reinvenção presentes nas culturas de matriz africana. Como salienta Nascimento (2019), essas culturas não apenas preservam saberes ancestrais, mas também demonstram uma impressionante abertura para o diálogo e para a incorporação de novos conhecimentos, reforçando, assim, sua força diante dos desafios históricos e sociais.

Nascimento (2019), ainda ressalta que, as culturas africanas são marcadas por uma flexibilidade e criatividade que lhes permitem dialogar com outras culturas, incorporando novos valores e conhecimentos de forma autônoma e segura. Essa abertura evidencia não apenas a preservação de saberes ancestrais, mas também a capacidade de reinvenção e adaptação diante dos desafios históricos e sociais, reforçando a vitalidade dessas culturas.

Ao relacionar essa construção identitária à experiência histórica e social das comunidades quilombolas, Monteiro (2019, p.55) destaca que “os territórios e territorialidades representam espaços de afirmação de identidade territorial, reconstrução da memória ancestral e reprodução de modos de existência em permanente luta”. Dessa forma, cultura e identidade, no contexto quilombola, articulam-se como elementos fundamentais para a valorização da memória coletiva e para a resistência cultural e política dessas comunidades.

A memória coletiva das comunidades quilombolas através do significado do que é ser quilombola, reinscreve no contexto atual, a afirmação da identidade através das práticas coletivas anteriormente desenvolvidas por seus antepassados (Souza et al., 2023). No que tange a tais interações, estas são permeadas por questões territoriais e pelas dinâmicas históricas de trabalho e de vida.

As práticas de trabalho desenvolvidas nas comunidades também se articulam diretamente à identidade cultural. Para Sousa e Santos (2019), essas práticas não são dominantes, mas estão intrinsecamente relacionadas ao uso comum da terra e à forma de "fazer vida" no território, expressando a diversidade cultural que resulta de processos históricos de fragmentação e desterritorialização. Nesse sentido, o trabalho quilombola deve ser compreendido como uma estratégia coletiva de sobrevivência, mas também como um espaço simbólico de resistência cultural.

4. Modos de Organização do Trabalho Rural Quilombola

Para compreender o trabalho e suas complexidades, é fundamental analisar suas diferentes concepções sob perspectivas teóricas e históricas. Segundo Albornoz (2002, p. 47), há distinções importantes entre formas de trabalho. Na visão da autora, "labor é aquele trabalho do corpo do homem pela sobrevivência. Há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às estações, à intempérie". Segundo a autora, "o trabalho físico é penoso, degradante e mesmo repugnante" (Albornoz, 2002, p. 47), o que reforça a associação histórica entre trabalho e sofrimento.

Para uma compreensão mais completa desta visão, sob a ótica da subjetivação, é importante trazer "a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentidos às suas experiências de trabalho"(Fonseca, 2015, p. 16). Nesse sentido, é essencial compreender o contexto histórico e territorial das relações para entender os modos de trabalho e sua relação com períodos históricos definidores da construção dos modos de trabalho.

A construção histórica das vivências e a organização do trabalho do povo negro estão diretamente ligadas aos períodos de escravização e pós-escravização. Em um estudo recente, Marquezin, Guimarães e Barreto (2024) contribuem significativamente para os estudos organizacionais ao conceituarem o quilombo como uma organização construída a partir de uma identidade étnico-racial que mobiliza marcadores de resistência, pertencimento e ancestralidade. As autoras utilizam a psicossociologia para analisar como essas comunidades desenvolvem seu próprio modus operandi, sendo a resistência um elemento central em seus modos de ser e organizar.

Nesse sentido, Moura (2020) aponta que o trabalho quilombola apresentava diversas formas de organização, todas voltadas à resistência e à fuga do sistema escravista. Em razão da grande diversificação da economia escravista, essas comunidades frequentemente reproduziam, em seu interior, os tipos de atividades econômicas predominantes na região em que estavam inseridas, adaptando-as às suas condições de autonomia e sobrevivência.

Silva e Silva (2014) ressaltam que a formação desse novo modelo de sociedade se estruturou a partir das instituições e visões de mundo de origem africana, mas também foi marcada por intensas trocas culturais, expressas nos saberes, fazeres e alianças estabelecidas tanto entre africanos de diferentes regiões quanto com nativos, mestiços, crioulos e brancos. As diferenças de características e formas de organização entre os quilombos, resultantes das possibilidades de trocas culturais entre os aquilombados, esses grupos precisavam, no cotidiano, elaborar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança coletiva, criando estratégias diversas a partir de sua realidade, do lugar em que estavam inseridos e de suas experiências (Silva e Silva, 2014).

Moura (2020) destaca que a organização dos quilombos se estruturava a partir do aproveitamento dos recursos naturais regionais, os quais eram explorados ou transformados, mas destinados de forma distinta daquela observada na agricultura escravista. Enquanto o

modelo vigente se baseava na monocultura, concentrando a produção nas mãos dos senhores, os quilombos desenvolviam uma economia policultora, de caráter distributivo e comunitário, capaz de suprir as necessidades de todos os seus membros.

Complementando essa perspectiva, a obra de Clóvis Moura, conforme analisado por Duarte (2023), oferece uma compreensão aprofundada do quilombo não apenas como um refúgio, mas como um centro organizacional ativo de resistência. Moura enfatiza o papel do escravizado como agente transformador, e a "quilombagem" como uma constelação de movimentos de protesto que culminam na formação de uma organização social autônoma. Sua análise também critica a "modernização sem mudança" no Brasil, onde as estruturas organizacionais reproduzem desigualdades históricas, e destaca a práxis negra como um elemento fundamental na construção da subjetividade e na luta contra o sistema escravista.

Além disso, Souza e Amoras (2025) destacam o protagonismo das mulheres quilombolas na organização social e política dos territórios, elas são identificadas como guardiãs e transmissoras de saberes e práticas ancestrais, desempenhando um papel central na resistência contra lógicas coloniais, capitalistas, racistas e patriarcais. O conceito de "corpo-território" é fundamental para entender essa resistência, onde o corpo da mulher quilombola é um espaço político e ancestral. Suas estratégias organizacionais envolvem a criação de redes de solidariedade e coletividade, com a liderança feminina sendo crucial para o fortalecimento do pertencimento e da permanência no território, abordando as desigualdades interseccionais de raça, gênero, classe e território.

Os modos de organização do trabalho rural quilombola evidenciam resistência, reinvenção e coletividade dos povos negros. Destacam-se múltiplos marcadores identitários, solidariedade e protagonismo, especialmente das mulheres, como fatores fundamentais para a construção e manutenção das comunidades. O trabalho quilombola representa um legado de luta e transformação, relevante para o reconhecimento e fortalecimento de suas identidades e direitos.

A seguir, serão detalhados os procedimentos de pesquisa, incluindo a abordagem utilizada, o método escolhido e os instrumentos de coleta e análise de dados, de modo a evidenciar o rigor e a relevância do processo investigativo para o entendimento aprofundado da realidade quilombola.

5. Percurso Metodológico

Este estudo emprega uma metodologia qualitativa de caráter exploratório e descritivo, visando uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos sociais em seus contextos e experiências. A abordagem valoriza os saberes locais e a construção de conhecimento a partir das realidades dos participantes, conforme Fals-Borda (2010). O objetivo central é analisar a influência da cultura, identidade e resistência quilombola na organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho, buscando captar as complexas tramas de sentido ali presentes. Em consonância com Denzin (2006), a pesquisa não se restringe à mera enumeração de características, mas se dedica a interpretações múltiplas e situadas dos fenômenos, reconhecendo discursos, práticas e sentidos em disputa. Tal flexibilidade metodológica permitiu a adaptação da estrutura teórica e o aprofundamento da análise ao longo do estudo, ressaltando a construção social da realidade e a intrínseca relação entre pesquisador e objeto investigado.

Para atingir os objetivos, empregou-se a etnografia como metodologia, visando desconstruir narrativas predominantes e valorizar saberes tradicionais. Segundo Cavedon

(2003), essa escolha permite compreender os significados das práticas cotidianas via imersão e observação participante. Sob a perspectiva de Restrepo (2018) e Fals-Borda (2010), busca-se uma etnografia descolonizadora e comprometida com a transformação social, valorizando o "conhecimento situado". Assim, a pesquisa no quilombo Ibicuí da Armada transcende a descrição superficial, articulando observação, entrevistas e documentação para analisar como cultura, identidade e resistência permeiam a organização do trabalho rural.

5.1Coleta de Dados da Pesquisa

A história de um dos autores com a comunidade quilombola do Ibicuí da Armada remonta aos seus antepassados, com raízes de ancestralidade maternas e paternas no local. Desde a infância, o pesquisador passava férias no quilombo, mantendo contato com a família. Mais recentemente, nos últimos dois anos, atuou como agente cultural no quilombo. A decisão de investigar a organização do quilombo surgiu durante o mestrado, após uma formação sobre o movimento negro em 2024. O acesso ao quilombo para fins de pesquisa foi estabelecido por meio de interlocução direta com a presidente da comunidade.

A inserção no campo ocorreu durante a rotina diária, possibilitando vínculos e participação no cotidiano do quilombo. O processo permitiu identificar como cultura, identidade e resistência influenciam a organização do trabalho rural, alinhando-se a uma perspectiva não extrativista (Smith, 1999). Os participantes foram membros residentes na zona rural de Sant'Ana do Livramento-RS, dada a relação estreita com o território e práticas tradicionais. Vistos como cocriadores do conhecimento (Smith, 1999), suas narrativas são centrais para a compreensão dos significados sociais. A investigação prioriza a profundidade interpretativa: das 65 famílias (38 rurais), selecionaram-se 10 membros para entrevistas em profundidade, priorizando o maior tempo de pertencimento para a reconstrução de narrativas históricas e coletivas.

Como fonte fundamental, utilizou-se a observação participante. A condição de membro do quilombo permitiu a um dos pesquisadores ocupar diversos espaços de participação cotidiana, como assembleias gerais, reuniões da diretoria e encontros com membros externos, favorecendo o aprofundamento da análise e uma vivência ampliada das dinâmicas sociais. Essa participação ativa e engajada alinha-se à perspectiva de Fals-Borda (2010) e à reflexividade proposta por Restrepo (2018). O diário de campo foi utilizado para registrar observações e reflexões, servindo como instrumento para análise detalhada dos dados e reflexão crítica sobre as subjetividades e intersubjetividades construídas no campo.

5.2 Entrevista em Profundidade

Entrevistas em profundidade foram utilizadas como técnica principal para registrar e compreender as experiências no quilombo Ibicuí da Armada. Adotou-se um formato aberto, convidando os participantes a falar livremente sobre suas vivências, memórias e percepções sobre o trabalho e a vida no quilombo, valorizando suas formas próprias de narrar e compreender o mundo. As conversas foram conduzidas com uma postura de sentipensar, integrando razão e sentimento, e reconhecendo que o conhecimento envolve afetos, memórias e experiências vividas no território (Fals-Borda, 2010).

As entrevistas foram realizadas nos dias 20 e 21 de novembro de 2025, durante o trabalho de campo. Foram conduzidas dez entrevistas, sendo seis com mulheres e quatro com homens. A maior participação feminina deveu-se à indisponibilidade de muitos homens, que

estavam envolvidos em atividades de trabalho nas estâncias da região. As narrativas foram registradas a partir da convivência e escuta atenta, entendendo a etnografia como um modo de compreender as práticas sociais pela perspectiva das pessoas que vivem aquela realidade (Restrepo, 2018). Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios de origem africana. O Quadro 1 detalha o perfil dos entrevistados:

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Gênero	Idade	Ocupação
Ganga Zumba	Homem	72	Peão Campeiro
Amari	Homem	44	Apicultor
Malê	Homem	75	Pecuarista familiar
Zumbi	Homem	69	Pecuarista familiar
Benguela	Mulher	64	Dona de Casa
Quitéria	Mulher	47	Dona de casa e diarista
Aicha	Mulher	32	Dona de casa e diarista
Aylla	Mulher	60	Dona de Casa
Imani	Mulher	76	Dona de casa
Alika	Mulher	77	Dona de casa

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

O Quadro 1 evidencia aspectos como idade, gênero, geração e ocupação, enriquecendo a compreensão sobre a composição social da comunidade. A diversidade de idades (32 a 77 anos) permitiu observar a presença de diferentes gerações, evidenciando o compartilhamento de saberes, práticas de trabalho e experiências de vida. A significativa participação de mulheres revela sua centralidade na organização da vida doméstica e nas estratégias de trabalho e cuidado. O quadro contribui para compreender a composição social dos participantes e as diferentes formas de trabalho e organização no quilombo Ibicuí da Armada, elementos fundamentais para a interpretação das narrativas e experiências compartilhadas.

6 Análise e Discussão Dos Resultados

Esta seção analisa as dinâmicas da organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada no pampa gaúcho, integrando fotografias, entrevistas, observações e diários de campo. Investiga-se como práticas culturais e processos de resistência moldam o trabalho quilombola, compreendido como eixo central da vida comunitária e do pertencimento territorial.

6.1 Aquilombar é Existir: Raízes, Território e Vínculos no Quilombo Ibicuí da Armada

Neste tópico, dedicamo-nos a compreender que o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada constitui a base organizadora das relações sociais, produtivas e simbólicas da comunidade.

6.1.1 Ser do Ibicuí: A Fabricação Cotidiana do Pertencimento

No documentário "Ôrí" (1989), Nascimento destaca que o significado de quilombo transcende a ideia de um espaço geográfico, assumindo a forma de um contínuo cultural e político. Nesse sentido, o aquilombamento é entendido como uma estratégia contemporânea de

resistência e organização social, onde os conhecimentos ancestrais são empregados como instrumentos fundamentais para a sobrevivência e a luta por direitos (Nascimento, 2018). Observamos, a partir dos relatos e práticas cotidianas no quilombo, a presença marcante dos saberes transmitidos pelos mais velhos, evidenciada, por exemplo, nas memórias de infância compartilhadas na entrevista de Amari:

> Então as brincadeiras eram, como se diz, aquela brincadeira raiz. Tu brincava com, fazia mangueira de gado no chão ali com uns pedacinhos de pau, fazia as mangueiras, o sabugo era uma vaca, era um boi, entendeu? Brincava de correr carreira, montado numa taquara. Sim, tinha essas brincadeiras, as brincadeiras assim de se esconder, pega, pega, isso e aquilo, futebol.

A fala do Amari evidencia a relação direta entre o cotidiano do quilombo Ibicuí da Armada, o território no qual a comunidade está inserida e as práticas culturais que estruturam a vida social local. Essa relação revela que o território do Pampa Gaúcho não constitui apenas um espaço físico, mas um elemento central, no qual as brincadeiras são transmitidas a partir das vivências das crianças em contato com o trabalho e os saberes dos mais velhos.

Nesse sentido, as vivências e memórias, as quais, conforme ilustrado na Figura 2, estão organizadas em um espaço de memória da comunidade, no qual cada um dos membros foi convidado a levar um item que remetesse à sua história e à de seus antepassados, trazendo sempre a lembrança da vivência no território.

Figura - 2 Objetos e memorias do quilombo Ibicui da Armada



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

No que concerne às vivências culturais no quilombo, a presença da cultura local é evidenciada no relato de Benguela: “de domingo se juntavam tudo. Morava a guria e rapaz aqui. Aí faziam aqueles bailezinhos na hora, só tinha que ir ali”. Tais reuniões familiares e práticas culturais, analisadas sob a ótica do movimento de estar em comunidade (Moura, 2020),

reforçam o pertencimento e o processo de aquilombamento via ressignificação de costumes regionais. Destarte, essas experiências coletivas demonstram que o aquilombamento se consolida nas práticas cotidianas de convivência, memória e organização comunitária.

6.1.2 Quando o Coletivo se Faz Corpo: Aquilombamento como Ação Política

O aquilombamento no Ibicuí da Armada é compreendido como uma forma contínua e ativa de resistência, manifestando estratégias históricas de enfrentamento às desigualdades, à expropriação territorial e à subalternização imposta à população quilombola. Nesse contexto, Moura (2020) esclarece que os quilombos não eram meros agrupamentos desorganizados, mas sim comunidades que, uma vez estabilizadas, estabeleciam formas de governo responsáveis por manter a harmonia interna e a organização interna.

A coletividade, manifestada pela organização política comunitária, destaca-se na articulação de práticas de solidariedade, pertencimento e defesa territorial. Essa participação aparece na fala de Ganga Zumba: “como eu digo, eu sempre fui assim, desde que surgiu que montaram a diretoria, eu sempre fui alguma coisa, sempre tive a função de alguma coisa". Tal narrativa evidencia o caráter coletivo e o senso de pertencimento que emergem quando um membro assume responsabilidades na lógica de trabalho do quilombo.

Também é possível observar, na Figura 3, o modo de organização política durante a reunião sobre a plataforma de territórios tradicionais, ocorrida em 17 de novembro de 2025, na sede do quilombo. O encontro teve como propósito debater a questão territorial. Sobre esse tema, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 garante aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que ocupam, cabendo ao Estado a emissão dos respectivos títulos.

Figura 3 - Reunião da plataforma de territórios



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A atividade promoveu um diálogo coletivo sobre a autodeclaração como ferramenta estratégica para a autonomia e o fortalecimento político da comunidade. Nesse contexto, Alika destaca a relevância da titulação das terras para a permanência no quilombo:

> Eu quero que essas terras sejam intituladas. Eu quero que a comunidade persista e eu não quero mais que as terras dos antepassados sejam vendidas. Eu quero que quem queira voltar para a comunidade, que volte, que incentive e que ajude a melhorar.

A entrevistada ressalta a titulação das terras como condição essencial para o retorno e a permanência no território, bem como para a valorização da ancestralidade quilombola, sublinhando a relevância do direito territorial na reprodução social dessas comunidades. Essa compreensão é amparada pelo ordenamento jurídico brasileiro, especificamente pelo Decreto nº 8.593/2015, que estabelece os procedimentos para a titulação de terras quilombolas. Contudo, apesar de seu objetivo de agilizar o processo, estudos e relatos indicam limitações na efetivação prática da normativa, evidenciando tensões entre o reconhecimento legal e a concretização dos direitos territoriais (Brasil, 2015).

Os resultados evidenciam um avanço em relação aos achados de Hander e Duarte (2019), que indicavam a inexistência de um engajamento coletivo mais amplo em razão do receio, por parte dos moradores, quanto à perda do direito individual sobre a terra e à possibilidade de conflitos com os proprietários do entorno. Diferentemente desse cenário, observamos, no contexto atual, um processo de amadurecimento identitário da comunidade quilombola, no qual o direito à terra passa a ser compreendido como um elemento coletivo e estratégico para a continuidade, a reprodução social e a afirmação do quilombo.

Segundo Lira Neto (2016, p. 49) o território é a base fundamental para a reprodução identitária das comunidades quilombolas, pois "a identidade quilombola se constrói sempre na relação mútua com seu território, sendo também um espaço econômico, social, político e cultural". É importante destacar que o processo de titulação do território apenas teve início e costuma ser longo, em razão dos procedimentos burocráticos por parte do Estado.

O Quadro 8 demonstra os achados desta seção, indicando que o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada se estrutura em três eixos interdependentes, raízes, pertencimento e ação política, os quais organizam, de forma dinâmica, as relações sociais, produtivas e simbólicas da comunidade.

Quadro 2 - Aquilombamento no Ibicui da Armada

Característica	Raízes	Pertencimento	Ação Política
Base	História, memória, território	Experiências vividas, memórias compartilhadas	Resistência, organização política
Foco	Reconexão com história	Transmissão de saberes ancestrais	Defesa do território, solidariedade
Estratégia	Reconhecimento da ancestralidade	Fortalecimento da identidade coletiva	Articulação de práticas comunitárias
Resultado	Organização política posterior	Ligação social, tradição viva	Preservação cultural, social, territorial

Fonte: Elaborado pelos Autores (2026)

O aquilombamento no Ibicuí da Armada é um processo dinâmico de reconexão histórica, fortalecimento identitário e mobilização coletiva, conforme Nascimento (2018) e Souto (2021). O eixo das raízes destaca a história, memória e território como fundamentos, com a ancestralidade sendo crucial para a organização comunitária, corroborando Munganga (1996) e Santos (2023) sobre a luta e resistência quilombola.

O eixo do pertencimento enfatiza a transmissão de saberes ancestrais e a construção da identidade coletiva através de experiências e memórias compartilhadas, práticas culturais e convivência intergeracional, alinhando-se a Almeida (2011) e Moura (2020). Por fim, o eixo da ação política revela o aquilombamento como estratégia de resistência ativa e organização em defesa do território e direitos, com a solidariedade e deliberações coletivas fortalecendo a comunidade, conforme Moura (2020) e Lira Neto (2016), que associam a titulação da terra à continuidade do quilombo.

Em síntese, o aquilombamento no Ibicuí da Armada integra dimensões culturais, sociais e políticas, garantindo a preservação territorial, a manutenção das tradições e o fortalecimento comunitário, configurando-se como uma estratégia ativa de produção de vida e autonomia (Nascimento, 2018). A próxima seção dedica-se à análise das práticas culturais, identitárias e de trabalho que amparam as estratégias de resistência no quilombo Ibicuí da Armada.

6.2 Práticas que Semeiam Resistências Quilombolas: Estratégias Culturais, Identitárias e de Trabalho no Ibicuí da Armada

Esta seção analisa as estratégias mobilizadas pelos membros do quilombo Ibicuí da Armada no cotidiano do trabalho rural, evidenciando como práticas culturais, identidades coletivas e formas de resistência estruturam modos próprios de organização do trabalho rural no quilombo.

6.2.1 Identidade Quilombola e Trabalho no Pampa Gaúcho

No quilombo Ibicuí da Armada, a identidade quilombola atua como princípio organizador das práticas de trabalho rural, orientando condutas e relações com base em valores históricos. Essa conexão profunda com o campo e o trabalho é evidenciada pela fala de Aicha: “eu digo, eu gosto do campo, eu gosto de lidar no campo; assim, se eu tivesse que escolher entre fazer uma faxina ou lidar no campo, eu escolheria o campo, porque é o que eu gosto, né?”. Essa escolha pelo rural expressa pertencimento e modo de vida.

O trabalho quilombola, portanto, transcende a atividade lucrativa, configurando-se como expressão cultural e política de resistência. As práticas quilombolas, segundo Sousa e Santos (2019), não se impõem, mas se constituem pelo uso comum da terra e pelas formas coletivas de “fazer vida” no território, destacando o papel central dos recursos do Pampa. A organização das atividades no quilombo, ilustrada na Figura 7, revela uma divisão do trabalho estruturada por gênero, idade e pertencimento, sem hierarquias rígidas, reafirmando a dinâmica coletiva.

Figura 4 - Registro da organização do almoço



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A Figura 4, registro um almoço comunitário, materializa a dinâmica coletiva do quilombo, na qual os membros assumem múltiplos papéis de organização, colaboração e aprendizado. Essa vivência corrobora as perspectivas de Hall (2000) e de Sousa e Santos (2019) sobre a fluidez da identidade, que se transforma conforme o contexto. No cotidiano, o trânsito entre funções diversas fortalece vínculos relacionais e dinâmicos, permitindo que os sujeitos se reconheçam nos variados pertencimentos possibilitados pelo coletivo. Nessa mesma perspectivas, destaca-se a fala de Alika:

> Eu acho que a gente sempre trabalhou no coletivo, né, tendo muitas ou poucas pessoas, mas a maioria decide, e a gente tem o grupo ali. Às vezes não falam e tal, mas, quando tem uma atividade, eu chamo no particular; às vezes o pessoal vem, não tem queixa assim. Eu gostaria que, claro, o pessoal viesse mais às reuniões, porque tu chama para as reuniões e, às vezes, tem três, quatro, mas, às vezes, é muito melhor tu ter três, quatro do que não ter ninguém, né? E, às vezes, tem momentos em que menos pessoas é mais fácil de tu trabalhar. Mas eu acho que é uma coisa que é um contínuo, né, de tu incentivar a vir, de tu incentivar a participar. E eu acho que falta, assim, a juventude, né, dos jovens dentro da comunidade, e de eles também se identificarem como quilombolas, que são, né. Isso está bem difícil; não sei como é que eu vou fazer essa identificação.

O trabalho coletivo no quilombo Ibicuí da Armada, enraizado historicamente, opera sob uma lógica flexível que prioriza a decisão da maioria e a continuidade da dinâmica comunitária, independentemente do número de participantes. Esse processo contínuo de organização e reafirmação identitária enfrenta desafios contemporâneos, como o engajamento da juventude.

Essa autonomia e flexibilidade organizacional dialogam com Marquezini, Guimarães e Barreto (2024), que definem o quilombo como uma organização que desenvolve seu próprio modus operandi alinhado a valores e crenças ancestrais. Para os autores, essa capacidade de reinvenção e adaptação é fundamental para o enfrentamento de desafios externos, consolidando a identidade étnico-racial como o eixo central que mobiliza a resistência e o pertencimento no cotidiano da comunidade.

Ressalto, ainda, o papel fundamental do trabalho coletivo das mulheres nesse território, pois é através dele que garantimos a subsistência das famílias e fortalecemos a identidade e

modo de vida no campo. Isso se expressa, de forma marcante, na fala da entrevistada Benguela, que ilustra bem essa dimensão.

> E nós era umas quantas uma semana para cada uma, né. Fiquei uma semana para ficar nas casas com os pequenos, que a mãe trabalhava aqui na estância, e a outra semana para lavar roupa, que a mãe lavava na estância para os peões, mas quem lavava era nós, lá na sanga, lá embaixo.

No quilombo Ibicuí da Armada, a divisão do cuidado recai predominantemente sobre as mulheres, que articulam os afazeres domésticos com a necessidade de buscar renda externa para a subsistência familiar. Essa realidade, observada em campo, reflete a herança histórica apontada por Mazurana, Dias e Laureano (2016), na qual o trabalho de pessoas negras esteve associado às lidas campeiras e ao serviço doméstico, atualizando-se hoje em uma divisão sexual do trabalho que é central para a reprodução da vida comunitária.

6.2.2 Lutar para Permanecer: A Resistência como Método

A resistência quilombola no trabalho rural manifesta-se como um método cotidiano de permanência e afirmação de modos de vida próprios. No Ibicuí da Armada, esse processo inicia-se na infância, marcado pelas dificuldades de acesso à educação, como ilustra Benguela: “era nosso colégio de madeira, era um colégio simples; nós estudávamos, íamos a pé e saíamos do trabalho para ir à escola. Com chuva, às vezes, não tínhamos calçado para ir”. O relato evidencia a precariedade escolar e a precoce inserção na divisão do trabalho, elementos que permeiam o processo formativo no território.

A busca por capacitação, especialmente entre os jovens, é vista como uma prioridade estratégica para garantir a permanência no território e a continuidade dos modos de vida quilombolas. Essa realidade, registrada em campo, converge com a análise de Sousa e Zuquim (2021) sobre a luta histórica dessas comunidades pela preservação digna de seus territórios e costumes. Assim, a resistência reafirma-se como uma prática viva e constante, manifestando-se também nas experiências educacionais compartilhadas por Aicha.

> As crianças que saem daqui e vão para a cidade acabam chegando sem saber quase nada e ficam perdidas, porque aqui, muitas vezes, quase não há aulas. Os que estão terminando agora sabem muito pouco, passam pouco tempo estudando. Em um caderno de 96 folhas, não se enche nem em um ano. Assim, elas acabam ficando perdidas. Eu digo: se continuar desse jeito, não sei como vai ser.

A precariedade do acesso à educação e o descaso do poder público são realidades persistentes que atravessam o processo formativo no quilombo, conforme Carlota, Peixoto e Oliveira (2024) destacam sobre a atualidade da luta quilombola. Os relatos de Aicha evidenciam que as limitações educacionais não são fatos isolados, mas integram um conjunto de desigualdades estruturais que impactam a trajetória escolar e social dos membros da comunidade.

A resistência comunitária manifesta-se como um mecanismo de autoproteção coletiva contra pressões externas que ameaçam o modo de vida quilombola. Conforme relata Alika: “o nosso pessoal é pecuarista familiar e trabalha com gado e é uma coisa que diminuiu muito. As

fazendas de gado e tal vem muito a monocultura da soja para dentro da comunidade". Essa expansão da soja, agravada pelo uso de aviões pulverizadores, é identificada como um dos principais entraves à produção agrícola local e à sustentabilidade do território.

A construção de uma cartografia social em 05/11/2025, em parceria com a UERGS e pesquisadores internacionais, evidenciou os impactos climáticos e territoriais no quilombo. A atividade permitiu visualizar, por meio de desenhos, as transformações do território nos últimos 20 anos, destacando o desaparecimento de nascentes e os efeitos da expansão da soja, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Cartografia social



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Os cartazes da cartografia social contrastam o passado e o presente da comunidade: o inferior retrata o período anterior à soja, com vegetação nativa abundante, predominância da pecuária e diversos espaços coletivos e de convivência. Em contrapartida, o cartaz superior revela o cenário atual, dominado pela monocultura da soja, pelo desaparecimento das áreas comuns e pela intensificação do uso de maquinário pesado e pulverização aérea.

O avanço das monoculturas no Pampa Gaúcho, impulsionado por incentivos governamentais, tem alterado profundamente os territórios tradicionais e impactado comunidades que dependem da agricultura familiar, conforme aponta Madrid (2025). Diante desse cenário, a comunidade quilombola intensifica suas estratégias de organização coletiva e fortalece redes de apoio para enfrentar os impactos sobre seus modos de vida.

A construção dessas redes de apoio internas e externas é uma dimensão da resistência quilombola, pois sustenta o social e o trabalho comunitário. Nas entrevistas e observações de campo, ficou claro o apoio mútuo entre nós, especialmente no que diz respeito à cooperação no trabalho, como fica evidente na fala de Aylla:

> Na cidade pessoas são uma frieza. Aqui não. E aqui os vizinhos ajudam não tem uma coisa o vizinho ajuda, entendeu? Eu arrumo. Não tenho uma carona, não quer ir para a cidade, arruma uma carona. Quer comprar uma coisa, encomenda, por um vizinho que estejam indo para a cidade.

Diferentemente dos achados de Fonseca (2022), que sugere a necessidade de fortalecer o senso de coletividade no quilombo, os resultados desta pesquisa evidenciam a presença efetiva

da organização coletiva. Observações de campo e relatos dos entrevistados revelam um processo contínuo de aquilombamento e resistência ancorado na história da comunidade, dinâmica que é materializada pelo trabalho coletivo registrado na Figura 6.

Figura 6 - Trabalho coletivo no quilombo



Fonte: Acervo do quilombo (2026)

A coletividade organiza as ações comuns no quilombo, como exemplificado na construção compartilhada de uma área de lazer (Figura 9). Para além da recreação, essa prática fortalece vínculos sociais e o pertencimento comunitário, expressando tradições e valores que fundamentam a convivência social, conforme discutido por Berigo e Regina (2022).

O Quadro 3 sintetiza, de forma articulada, as principais estratégias presentes no quilombo Ibicuí da Armada a partir da cultura, da identidade quilombola e da resistência, evidenciando como essas dimensões operam de maneira integrada na organização do trabalho rural.

Quadro 3 - Estratégia a partir da Cultura, Identidade e Resistencia

Característica	Saber Fazer de Antigamente	Identidade Quilombola	Resistência
Descrição	Práticas produtivas transmitidas historicamente	Princípio organizador das práticas de trabalho	Método cotidiano de permanência no território
Foco	Cultura que organiza o trabalho	Identidade e trabalho no Pampa	Luta para permanecer
Exemplos	Plantio e colheita com ferramentas tradicionais	Escolher o trabalho rural por pertencimento	Acesso à educação apesar das dificuldades
Resultado	Atualização da memória coletiva	Trabalho coletivo e divisão de tarefas	Construção de redes de apoio

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Os resultados demonstram que essas estratégias não se configuram como esferas isoladas, mas como processos interdependentes que sustentam a permanência no território e a reprodução da vida comunitária.

O "saber fazer de antigamente" constitui a base cultural do trabalho no quilombo, ancorando práticas como o plantio e o manejo da terra na ancestralidade e na memória coletiva (Borges, Silva e Rodrigues, 2021). Tais saberes operam como dispositivos de atualização da

memória quilombola, conferindo sentido identitário às atividades produtivas e fortalecendo o vínculo entre trabalho, território e história.

A identidade quilombola atua como princípio organizador do trabalho no Pampa Gaúcho, transcendendo a necessidade econômica ao vincular o labor rural ao pertencimento territorial e ao modo de vida. Essa relação ética com a terra reafirma a identidade dos sujeitos, convergindo com a análise de Sousa e Santos (2019) sobre o uso comum do território e as formas coletivas de "fazer vida".

A identidade regula a divisão de tarefas e as decisões coletivas, priorizando a colaboração social sobre a lógica mercantil de eficiência. Como método de permanência territorial, a resistência manifesta-se no acesso à educação (Sousa e Zuquim, 2021; Carlota, Peixoto e Oliveira, 2024) e na articulação de redes de apoio e solidariedade frente a pressões externas, como a precarização dos serviços públicos e o avanço das monoculturas no Pampa Gaúcho (Madrid, 2025).

O Quadro 3 demonstra que cultura, identidade e resistência são os eixos estruturantes da organização do trabalho no quilombo Ibicuí da Armada. Ao articular práticas ancestrais, pertencimento territorial e estratégias de enfrentamento, o trabalho quilombola consolida-se como uma prática social e política que transcende a dimensão econômica.

O trabalho no quilombo Ibicuí da Armada resulta da articulação entre heranças históricas, práticas cotidianas e marcadores de raça, gênero e classe, que se entrelaçam na luta pela subsistência e permanência territorial. A seção seguinte aprofundará o diálogo entre esses modos de organização e os desafios contemporâneos, destacando as estratégias coletivas que sustentam a vida comunitária.

6.3 Trabalho de Território: Modos de Organizar o Trabalho Rural no Quilombo

Este tópico analisa o trabalho rural quilombola como prática histórica, territorial e cultural, transcendendo a dimensão econômica. A abordagem percorre desde as heranças do passado escravocrata até as vivências coletivas contemporâneas no quilombo Ibicuí da Armada, articulando esses modos de vida à ruralidade do Pampa Gaúcho.

6.3.1 Práticas de Trabalho Coletivo no Quilombo Ibicuí da Armada

Após abordar a busca por trabalho externo para complementação de renda e realização pessoal, este tópico analisa as práticas laborais desenvolvidas coletivamente no âmbito da associação entre os quilombolas.

As práticas de cooperação e troca coletiva são eixos centrais da organização do trabalho no quilombo, representando formas históricas de resistência e sobrevivência. Amari descreve essa dinâmica: "sempre coletivos. Se era uma tosa de ovelha, juntavam como ali no meu avô tinha mangueira, tinha galpão, tinha banho de ovelha, então levavam o gado para fazer vacina, banho, tosa. A maioria da vizinhança fazia ali".

Em diálogo com Moura (2020) e Silva e Silva (2014), essa centralidade da coletividade reafirma-se como um princípio organizador e uma forma de resistência histórica às estruturas herdadas do sistema escravista. Nesse sentido, observou-se que, antes da reunião da Plataforma de Territórios Tradicionais em 2025, membros da comunidade utilizaram o centro de manejo da sede. Financiado pelo PRONAF, esse espaço constitui uma infraestrutura coletiva vital para a pecuária, possibilitando o manejo compartilhado dos animais entre os aquilombados.

A mobilização mútua no manejo dos animais reafirma o coletivo como princípio importante do trabalho, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 - Trabalho no centro de manejo



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A circulação da força de trabalho no quilombo, orientada por princípios de reciprocidade e responsabilidade coletiva, desafia a colonialidade da organização do trabalho ao romper com as relações de poder eurocêntricas que historicamente subalternizam esses sujeitos (Palhares, 2021). Tais práticas de autonomia coletiva representam uma resistência à herança escravocrata que se metamorfoseia no capitalismo dependente (Duarte, 2023), reafirmando a agência e a sobrevivência do povo preto sob uma perspectiva afrocentrada (Njeri; Ribeiro, 2019). Nesse contexto, as conquistas alcançadas por meio de políticas públicas e recursos destinados à associação, como apontam Hander e Duarte (2019), Impactam diretamente as condições materiais de vida e a produção da comunidade, conforme evidencia o relato de Quitéria:

> É importante vir para nós, isso através do quilombo ali que vem. Tem muita coisa, vêm projetos. Eu mesmo fiz a minha mangueirinha ali por causa do projeto, que veio através da Emater também. Comprei, arrumei ali a minha hortinha, fiz o meu galinheiro.

Ao relatarem melhorias na infraestrutura produtiva, como a construção de mangueiras, hortas e galinheiros, bem como transformações significativas nas condições de moradia, os participantes demonstram que os recursos acessados por meio do quilombo fortalecem não apenas a produção, mas também a permanência no território e o sentimento de pertencimento comunitário.

O Quadro 4 sintetiza essas diversas estratégias de trabalho, que integram desde a agricultura familiar até iniciativas institucionais, refletindo a complexidade das atividades no quilombo Ibicuí da Armada.

Quadro 4 - Formas de trabalho presentes no quilombo Ibicui da Armada

Forma de Trabalho	Descrição	Características	Exemplos Identificados
Agricultura de subsistência	Produção destinada ao sustento das famílias quilombolas	Base histórica, transmissão de saberes, articulação com a ancestralidade	Plantio de milho, feijão, mandioca, hortaliças
Comercialização de excedentes	Venda de produtos excedentes para geração de renda	Autonomia econômica, resistência histórica	Venda de hortaliças e outros produtos agrícolas
Agroindústria comunitária	Transformação de produtos agrícolas em doces, pães e outros alimentos	Trabalho coletivo, diversificação, geração de renda	Produção de doces caseiros, pães
Apicultura	Criação e manejo de abelhas para produção de mel	Iniciativa recente, diversificação produtiva	Produção de mel e derivados
Trabalho coletivo	Realização de atividades em conjunto, com cooperação entre famílias	Solidariedade, organização associativa, pertencimento	Mutirões, trabalhos em grupo nas lavouras e agroindústria
Participação em políticas públicas e projetos	Busca por acesso a recursos, programas e parcerias institucionais	Organização política, fortalecimento comunitário	Captação de recursos, parcerias com universidades e órgãos públicos
Transmissão intergeracional de saberes	Ensino e vivência de práticas rurais entre gerações	Memória, identidade, responsabilidade intergeracional	Ensino dos mais velhos aos jovens sobre o trabalho na terra
Trabalho nas estâncias	Atividades ligadas ao manejo de animais e serviços rurais em propriedades vizinhas	Remuneração externa, integração regional, ampliação das oportunidades de trabalho	Serviços de peão, manejo de gado, manutenção de cercas
Trabalho de diarista	Prestação de serviços temporários ou sazonais em propriedades rurais, mediante diária	Poder de adaptação, fonte complementar de renda, dependência das demandas locais	Capina, colheita, serviços de apoio em plantações de terceiros

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

O quadro apresenta de forma organizada os diferentes modos de trabalho presentes na comunidade, demonstrando como o meu cotidiano e o dos moradores está permeado por práticas que articulam produção, cooperação e transmissão de saberes. Essa apresentação facilita a visualização das estratégias utilizadas para garantir a subsistência, a autonomia e o fortalecimento das relações socioculturais no quilombo.

6.3.2 Entre a Herança da Escravização e a Autonomia Quilombola: Tensões Históricas do Trabalho Rural no Quilombo Ibicui da Armada

O trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada ancora-se na ancestralidade, transcendendo a esfera produtiva para consolidar-se como expressão de memória, identidade e continuidade histórica. Essa preservação valoriza a trajetória dos mais velhos e reconhece os modos de vida atuais como síntese de saberes geracionais, corroborando a tese de Rodrigues (2020) de que a história é indissociável da vivência ancestral.

A ancestralidade e o território fundamentam a responsabilidade intergeracional no trabalho rural, compreendido como uma prática coletiva. Como destaca Malê, “é importante porque é para todo o território, cada um trabalha com o que quer, já esses mais velhos vão indo,

mas é bom deixar para os novos", evidenciando a terra como uma herança viva cuja continuidade depende da preservação do legado dos antepassados.

Os resultados apontam tensões na reprodução social do quilombo, especialmente quanto ao receio da descontinuidade geracional. Embora a identidade local seja preservada pela memória, Moreira (2022) destaca que a juventude enfrenta desafios significativos para sua permanência, pressionada pelas transformações socioeconômicas e territoriais que impactam o meio rural contemporâneo.

Quadro 5 - Organização do trabalho rural no quilombo Ibicui da Armada

Característica	Trabalho, Subsistência e Heranças Pós-Escravização	Práticas de Trabalho Coletivo e Ajuda Mútua	Tensões Históricas do Trabalho Rural
Organização do Trabalho	Regras tácitas baseadas em idade, gênero e família	Cooperação, troca e ajuda mútua	Ancorado na ancestralidade, memória e identidade
Relação com a Terra	Ligado à terra, trabalho em fazendas	Centro de manejo para atividades pecuárias	Agricultura como pilar de sobrevivência
Desafios	Hierarquias de gênero, condições precárias	Mais apoio de políticas públicas e projetos	Medo da descontinuidade, pressão externa
Oportunidades	Trabalho como responsabilidade familiar e realização	Criação de novas formas de trabalho	Avanços em saúde, educação e infraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada transcende a dimensão econômica, configurando-se como uma prática social moldada por heranças do pós-escravização e orientada por laços de parentesco, gênero e idade (Martins, 1981; Moura, 2020). A organização produtiva fundamenta-se na cooperação e na solidariedade, operando sob uma lógica coletiva de resistência que se distancia do modelo individualista predominante (Silva e Silva, 2014; Wanderley, 2009). Embora a ancestralidade e a memória sustentem a identidade local, a comunidade enfrenta tensões contemporâneas, como a pressão territorial e o desafio da sucessão geracional (Rodrigues, 2020; Moreira, 2022). Paralelamente, a articulação entre organização comunitária e políticas públicas de saúde e educação surge como uma via essencial para a autonomia e a permanência no território (Hander e Duarte, 2019).

7. Considerações Finais

O objetivo geral deste estudo foi analisar como a cultura, a identidade e a resistência quilombola influenciam a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada, no Pampa Gaúcho. A partir da abordagem etnográfica, consideramos que o objetivo foi alcançado, pois a pesquisa permitiu compreender como o trabalho rural é organizado e ressignificado no cotidiano da comunidade, articulando dimensões históricas, culturais, identitárias e políticas.

Quanto ao primeiro objetivo específico, caracterizar o processo de aquilombamento no quilombo Ibicuí da Armada, os resultados demonstraram que esse processo se constitui pela articulação entre ancestralidade, memória coletiva e práticas cotidianas de trabalho. O aquilombamento revelou-se como um fenômeno dinâmico de resistência, transmissão intergeracional de saberes e afirmação identitária, sustentado tanto por práticas tradicionais quanto pela adaptação às demandas contemporâneas.

Em relação ao segundo objetivo específico, identificar as estratégias utilizadas pelos membros da comunidade para lidar com as práticas culturais, identidades e resistência quilombola no contexto do trabalho, observou-se que predominam estratégias baseadas no trabalho coletivo, na solidariedade e na cooperação. A mobilização comunitária em torno das atividades produtivas e o compartilhamento de espaços e saberes fortalecem os vínculos identitários e contribuem para a permanência dos jovens no território, reafirmando formas de resistência frente às adversidades históricas e contemporâneas.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, investigar os modos de organização do trabalho rural entre os membros do quilombo, verificou-se que essa organização se estrutura a partir da ancestralidade, da memória e da identidade coletiva, mesmo diante de desafios como precarização do trabalho, pressões externas sobre o território e risco de descontinuidade geracional. A organização do trabalho articula práticas tradicionais e acesso a políticas públicas, evidenciando o trabalho rural quilombola como espaço de resistência, autonomia e reprodução social.

Os resultados demonstram que a organização do trabalho rural no quilombo Ibicuí da Armada não pode ser compreendida apenas por uma lógica econômica ou produtivista. O trabalho configura-se como prática social coletiva, orientada por saberes ancestrais, pela memória do "saber fazer de antigamente" e por relações de troca e cooperação. Assim, a pergunta de pesquisa foi respondida ao evidenciar que o aquilombamento atua como princípio organizador do trabalho, articulando subsistência, pertencimento territorial e enfrentamento às heranças da escravização e da precarização do trabalho rural.

A principal contribuição deste artigo está na aproximação entre os estudos organizacionais e os estudos quilombolas, ao evidenciar que comunidades quilombolas produzem formas próprias de organização do trabalho, fundamentadas em racionalidades distintas da lógica capitalista predominante. O estudo também contribui ao trazer definições transitórias para Aquilombamento e Aquilombar-se.

Aquilombamento é compreendido como um processo dinâmico de criação e fortalecimento de espaços de resistência, pertencimento e construção coletiva de identidade, no qual memória, ancestralidade e práticas cotidianas de trabalho se articulam na constituição de territórios simbólicos e autônomos. Já Aquilombar-se refere-se ao exercício cotidiano de resistência, posicionamento e reinvenção, por meio do qual sujeitos e coletivos constroem estratégias de fortalecimento identitário, territorial e político, mobilizando trabalho coletivo, ajuda mútua e circulação de saberes.

Dessa forma, Aquilombamento e Aquilombar-se são apresentados como conceitos transitórios e abertos, relacionados à construção de novos modos de vida coletiva, resistência e emancipação. Ambos reafirmam a centralidade do trabalho rural quilombola como espaço de resistência, reprodução social e afirmação identitária.

As limitações do estudo residem no foco em uma única comunidade e no recorte temporal restrito, o que impede generalizações e análises de longo prazo. Para pesquisas futuras, sugerem-se estudos comparativos, análises sobre gênero e geração, além de investigações sobre o impacto de políticas públicas e questões ambientais na reorganização do trabalho quilombola.

Referências

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002

BARGAS, J.; MAIA, R. Teoria do reconhecimento e interações cotidianas: o caso das lutas dos quilombolas do Pará. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n. 2, p. 85-98, ago./nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 21 nov. 2003.

BORGES, L. da S.; SILVA, J. B. do C; RODRIGUES, D. do S. Educação ambiental e cultura quilombola: entre ausências de políticas públicas e práticas de resistência. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 430–449, 2021.

CAVEDON, N. M. B. F. **Etnografia em estudos organizacionais:** heranças e reinvenções. Revista de Administração Contemporânea, v. 7, n. 4, p. 109–128, 2003.

COSTA, J. R. da. **Território negro em Santana do Livramento:** espaços de memória, representações socioculturais e emancipação social da comunidade quilombola Ibicuí da Armada. 2006. 62 f. Monografia (Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) — Unidade em Santana do Livramento, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2006.

DUARTE, R. M. As contribuições da interpretação de Clóvis Moura sobre a escravidão no Brasil e seus possíveis diálogos com os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 3, p. e2022–0052, 2023.

DENZIN, N. K. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

FONSECA, Â. C. M. Poder e corpo em Foucault: qual corpo? **Revista do Programa de PósGraduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2015.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANDER, G; DUARTE, T. L. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMARCAÇÃO TERRITORIAL: estudo de campo no quilombo do Ibicuí da armada de Santana do Livramento/rs. **Gesto: Revista de Gestão Estratégica de Organizaçoes**, Santo Ângelo-RS, v. 7,n. 2, p. 117-136, jul./dez 2019

KROEFF, D. R. et al**. Diagnostico das comunidades quilombolas certificados no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEAPI/DDPA, 2023.

MADRID, Rosemeri da Silva. **DAQUI SÓ DEUS ME TIRA:** escrevivência com as

mulheres quilombolas do Ibicuí da armada/rs. 2025. 163 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Br-RS, 2025.

MAESTRI, M. **Breve História do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. 2.ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MONTEIRO, G. R. F. de F. POR UMA ANÁLISE TERRITORIAL DA QUESTÃO QUILOMBOLA: processos e perspectivas. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 51–63, 2019.

MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MOREIRA, C. H. **LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL.** 2022. 74 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27689/DIS_PPGER_2022_MOREIRA_CASSIEL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 out. 2025.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 56–63, 1996.

MOURA, C. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2009.

NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e intelectual:** possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2019.

SILVA, G. S.; SILVA, V. José. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014

SMITH, L. T. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. London: Zed Books, 1999.
SOUTO, S. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 142–159, 2021.

SOUZA, E. O. de; ZUQUIM, M. de L. As lutas pela terra, trabalho e cultura no Quilombo do Mutuca – Mato Grosso, Brasil. **Ciudades**, n. 24, p. 167–189, 12 maio 2021.

SOUZA, D.S de; BRAUNER, M.C.C Comunidades quilombolas no Brasil: um recorte do reconhecimento dos seus direitos à atribuição de territórios, em dois quilombos gaúchos.

Campos Neutrais: **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, v. 97-118, maio/ago. 2024.

SOUZA, K. de J; AMORAS, M. O protagonismo de mulheres quilombolas na organização social e política dos territórios na Amazônia paraense. **In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS,** 18., 2025, Salvador. Anais [...]. Salvador: CBAS, 2025.

SOUSA, M. S. R. De; SANTOS, J. J. F. Dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 201–209, abr. 2019.

SOUZA, A. G. de J. et al. Mulheres idosas quilombolas: memória, identidade e transmissão da cultura em território quilombola. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 6, p. 3847–3867, 14 jun. 2023.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

RESTREPO, E. **Etnografia:** alcances, técnicas y éticas. Lima: Editorial Universidad San Marcos, 2018.

RIBEIRO, K. Mulher preta: mulherismo africana e outras perspectivas de diálogo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019.

PALHARES, J.V; NICOLI, P.A. G. A colonialidade da organização e regulação do trabalho. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 1924–1957, 2021.

OLIVEIRA, J.S.de. Decisão de (Re)Existir!: Histórias e Modos de Organizar de uma Comunidade Quilombola Mineira. **Organizações & Sociedade**, v. 31, n. 109, p. 1-20, 2024.